

31



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

238

Corte Especial

Embargos de Declaração nº 0203954-9/02

Embargante: Uma Açúcar e Energia Ltda (em recuperação judicial) E OUTROS

Embargado: Desembargador Adalberto de Oliveira Melo E OUTRO

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS. AUSÊNCIA. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.

- "Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal..." (RTJ 173/29, junho/2000).

5684

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes aclaratórios tombados sob o nº 0203954-9/02, acordam os desembargadores integrantes da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento respectiva, por unanimidade de votos, em rejeitar o recurso, na forma do voto do Relator.

Recife, 24 de maio de 2010.


Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator



239

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Corte Especial

Embargos de Declaração n.º 0203954-9/02

Embargante: Una Açúcar e Energia Ltda (em Recuperação Judicial) e Outros

Embargado: Desembargador Adalberto de Oliveira Melo e Outro

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos contra o Acórdão de fls. 201/202, da E. Corte Especial, assim sumariado:

“-EMENTA - CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECURSOS TIRADOS DA MESMA CAUSA. PREVENÇÃO DO DESEMBARGADOR QUE DESPACHOU EM PRIMEIRO LUGAR: DESAPARECIMENTO POR FORÇA DO JULGAMENTO DO PRIMEIRO RECURSO MANEJADO. ARTIGO 67-B DO RITJPE. INAPLICABILIDADE, NA ESPÉCIE. INCIDENTE REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.

- Recursos tirados de uma mesma causa, ainda que as partes não sejam idênticas, devem ser distribuídos com a observância das regras de prevenção. Prevento está o órgão colegiado para o qual o primeiro recurso foi distribuído e positivamente despachado;

- Julgado, contudo, o primeiro recurso, torna-se incogitável qualquer discussão sobre prevenção e conexão, institutos que visam permitir a reunião dos feitos com vista ao julgamento simultâneo capaz de evitar decisões conflitantes.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conflito de Competência n.º 203954-9, em que figuram como suscitantes Una Açúcar e Energia Ltda, Una Álcool Export Ltda e Agropecuária Pirangi Ltda, e suscitados Desembargador Antônio Fernando de Araújo Martins e Desembargador Adalberto de Oliveira Melo, acordam os Desembargadores integrantes da Corte Especial, à unanimidade de votos, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas respectivas, em desacolher o Conflito de Competência, reconhecendo-se a competência do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo, e ainda, em consequência, declarou-se a perda do objeto do Agravo Regimental n.º 203954-9/01, reconhecida, também, a competência do Des. Adalberto de Oliveira Melo para atuar nos Agravos de Instrumento n.ºs 187273-7 e 194272-1.

Recife, 01 de março de 2010. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves. Relator”.

Procura o embargante, resumidamente, em suas razões recursais, demonstrar o desacerto da veneranda decisão embargada, com base em erro de fato, e apontar o vício da contradição ao declarar a prevenção do Des. Adalberto Melo, uma vez que deixou-se de analisar as datas de interposição

240

dos agravos, assim como a data da decisão homologatória do pedido de desistência do agravo, o que induziu a prevenção do Des. Fernando Martins.

Diante da natureza infrigencial dos presentes aclaratórios, a parte Embargada foi intimada para manifestar-se, e, em síntese, alega a inexistência de vícios nos Aclaratórios em questão, pugnando pela manutenção da decisão com a imposição da multa de 1% do valor da causa, por força do art. 538, parágrafo único do CPC.

É o relatório, naquilo que de essencial havia para ser registrado.


VOTO

O Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves (Relator) proferiu o seguinte voto:

Nada a aclarar no Acórdão embargado, não passando o presente recurso de tentativa inútil de modificar a decisão alcançada; daí o seu caráter infringente.

As questões postas na lide recursal foram examinadas e decididas pela Câmara Julgadora, não havendo obscuridade, contradição ou mesmo omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pelo Embargante.

Tal circunstância, porém, não enseja a revisão da matéria como pretende a Embargante, isso porque os aclaratórios não se prestam para reabrir a discussão sobre pontos que foram agitados pelas partes e efetivamente apreciados pelo órgão julgador.



241

Os embargantes dizem que o Acórdão embargado baseou-se em premissa equivocada porque "deixou de analisar as datas das interposições dos agravos, assim como a data da decisão homologatória do pedido de desistência do agravo que induziu a prevenção do Des. Fernando Martins".

O erro de fato que teria levado o Acórdão à apontada contradição residiria na circunstância seguinte: o pedido de desistência do agravo de instrumento nº 186047-3 (o recurso paradigma), datado de 30/09/2009, restou homologado em 23/11/2009, quando já distribuídos os agravos de instrumento nºs 187.273-7 (21/05/2009) e 194.272-1 (03/08/2009).

O que pretendem os embargantes? Que os agravos de instrumento posteriores fiquem vinculados ao Des. Fernando Martins, porquanto o feito recursal paradigma (o que teria o poder de atrair os outros) somente foi julgado quando já distribuídos os posteriores.

Lembram, igualmente, os embargantes que a decisão homologatória do pedido de desistência ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recurso contra a mesma.

Como é de conhecimento de todos, os embargos de declaração não se prestam para reabrir discussão sobre matéria já enfrentada pelo órgão jurisdicional, sendo certo que, somente em casos excepcionais, admite-se o manejo dos aclaratórios com eficácia infringencial, mas sem descuidar-se da existência dos vícios da omissão, da contradição ou da obscuridade, incorrentes na espécie dos autos.

Peço licença aos Senhores Desembargadores para rememorar os fatos que deram ensejo ao julgamento aqui embargado sob a pecha de ser contraditório e haver incorrido em erro de fato.

242

São três os agravos de instrumento tirados de uma ação de recuperação judicial, o que aliás parece ser especialidade dos advogados dos embargantes:

O primeiro é o agravo de instrumento nº 186.047-3, interposto pelo Banco BBM S/A que foi distribuído para o Des. Fernando Martins.

O segundo é o agravo de instrumento nº 187.273-7, que foi distribuído para o Des. Adalberto Melo.

E o terceiro é o agravo de instrumento nº 194.272-1, distribuído originalmente para o Des. Eduardo Augusto Paurá Peres que, em decisão, reconheceu a prevenção do Des. Adalberto de Oliveira Melo, determinando a redistribuição para o mesmo.

Portanto, dos três agravos de instrumento tirados da mesma causa, o primeiro estava com o Des. Fernando Martins, enquanto os outros dois ainda estão sob a relatoria do Des. Adalberto Melo.

O Acórdão embargado entendeu de desacolher o conflito de competência suscitado pelas ora embargantes, para determinar a competência do órgão colegiado integrado pelo Des. Adalberto Melo, Relator, a fim de julgar os agravos de instrumento posteriores, o que fez sob o argumento de que o agravo de instrumento paradigma havia sido julgado, fazendo desaparecer a via atrativa para os outros recursos. Isso é de uma clareza solar.

Os embargantes, querendo rediscutir a matéria, afirmam que (i) os agravos posteriores já existiam quando o primeiro foi extinto; e (ii) a decisão que homologou o pedido de desistência não transitou em julgado.

243

O erro de fato consistiria em o órgão colegiado não haver atentado para as datas das distribuições dos recursos.

Tenho a esclarecer aos embargantes, e porque não também aos jovens advogados que subscrevem a peça de interposição dos embargos de declaração, que o fato de os agravos posteriores existirem, sob a relatoria do Des. Adalberto, por ocasião do decreto de extinção do primeiro recurso, não mantém a prevenção do Juízo, porque o que justifica a reunião dos recursos, por apensamento, com vista ao julgamento simultâneo (isso é sabido e ressabido) é a preocupação em evitar as decisões contraditórias, sendo significativo lembrar o comando contido na Súmula nº 235, do STJ, segundo o qual "a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado", isso porque, julgado o primeiro recurso, deixa de existir o suporte para a reunião dos autos que estão submetidos a outro órgão colegiado do mesmo Tribunal.

Quanto ao argumento segundo o qual a decisão que homologou a desistência não transitou em julgado, cumpre renovar o esclarecimento feito no voto, no sentido de que o pedido de desistência é ato unilateral que produz efeitos imediatos, independentemente de homologação.

Segundo Theotônio Negrão, "O CPC prevê a homologação da desistência da ação (art. 158, p. único), o que não ocorre com a desistência do recurso, porque esta é possível sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes e não comporta condição".

Por ocasião do julgamento, ao proferir o voto consubstanciado às fls. 203/209, deixei consignado o seguinte: "a prevenção recursal do Desembargador Antônio Fernando de Araújo Martins - conquanto tenha existido - desapareceu a partir do momento em que o agravo de instrumento

244

a ele distribuído e por ele despachado em primeiro lugar foi declarado extinto, por decisão homologatória da desistência requerida pela parte agravante".

Explicitei, igualmente, que: "Impende deixar acentuado, ainda que de modo aligeirado, a inaplicabilidade, na espécie, da regra contida no artigo 67-B, do RITJPE. É que não há recurso pendente sob a relatoria do Desembargador Antônio Fernando de Araújo Martins, a justificar a sua prevenção para os recursos posteriores, ainda que tirados da mesma causa. Essa asserção é confirmada pelo comando contido no § 4º do citado dispositivo regimental, a teor do qual "a prevenção, se não for reconhecida de ofício, poderá ser argüida por qualquer das partes ou pelo Ministério Público, até o início do julgamento".

Ora, diante desse cenário, a consequência inexorável que se extrai é a de que: se já se completou o julgamento não haverá mais prevenção a ser argüida, o que, em boa medida, põe fim, de modo definitivo, à discussão em torno da amplitude da expressão "recurso pendente" contida na norma do regimento".

Como se vê, não há vício a ser sanado por intermédio dos presentes aclaratórios.

O jurista PONTES DE MIRANDA, com adequação ao caso, preleciona que, nos embargos declaratórios, "não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima".

O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que

eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal..." (RTJ 173/29, junho/2000).

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia." (RT 413/325).

Nestas condições, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "*res in judicium deducta*", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado." (cf. RJTJSP 111/114)."

Posto isso, voto pelo desprovemento dos embargos de declaração.



FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES

R E L A T O R